

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TIMON – CESTI
LICENCIATURA EM LETRAS E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

BRUNA ALMEIDA SANTOS

REELABORAÇÃO DO PASSADO:

A Guerra Colonial e os impactos sobre a personagem na obra *Caderno de Memórias Coloniais*, de Isabela Figueiredo.

TIMON - MA

2024

BRUNA ALMEIDA SANTOS

REELABORAÇÃO DO PASSADO:

A Guerra Colonial e os impactos sobre a personagem na obra *Caderno de Memórias Coloniais*, de Isabela Figueiredo.

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, da Universidade Estadual do Maranhão, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Maria Pantoja dos Santos

TIMON - MA

2024

Sa596r

Santos, Bruna Almeida

Relaboração do passado : a guerra colonial e os impactos sobre a personagem na obra Caderno de Memórias Coloniais, de Isabela Figueredo / Bruna Almeida Santos. – Timon, 2024.
51 f.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Curso de Licenciatura Plena em Letras Português, 2024.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Silvana Maria Pantoja dos Santos

1. Caderno de memórias coloniais. 2. Mémoire. 3. Identidade.
5. Passado Colonial. 6. Literatura. I. Título.

CDU 811.134.3

BRUNA ALMEIDA SANTOS

REELABORAÇÃO DO PASSADO:

A Guerra Colonial e os impactos sobre a personagem na obra *Caderno de Memórias Coloniais*, de Isabela Figueiredo.

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa, da Universidade Estadual do Maranhão, como parte dos requisitos para a obtenção do título de graduado em Letras.

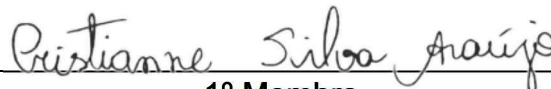
Orientador: Profa. Dra. Silvana Maria Pantoja dos Santos

Aprovada em: 04/04/2024

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Silvana Maria Pantoja dos Santos
Presidente



1º Membro



Documento assinado digitalmente
WILMA AVELINO DE CARVALHO
Data: 08/08/2024 11:47:24-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

2º Membro

Aos meus pais, que muito contribuíram para que este objetivo fosse alcançado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e à Sua divina providência por ter me permitido concluir este trabalho. Sem Ele, nada seria possível.

Agradeço também à minha orientadora, Dra. Silvana Maria Pantoja dos Santos, cuja orientação e empenho foram indispensáveis para a elaboração deste trabalho.

Expresso minha gratidão à UEMA/CESTI e a todos os professores que, ao longo deste percurso acadêmico, contribuíram para minha formação.

Aos meus pais, Teresa de Jesus Almeida Santos e Francisco Marques dos Santos, agradeço por todo o apoio, esforço, compreensão e palavras de encorajamento ao longo desta jornada.

Também agradeço aos meus irmãos, Thiago Almeida Santos e Kátia Raquel Almeida, assim como a todos os meus familiares e amigos, pelo incentivo e pelas orações durante este processo.

Obrigada, ainda, aos meus amigos de curso, que me incentivaram em diversos momentos de dificuldade, ajudando-me e dando palavras de encorajamento.

À Dra. Fabrícia, psicóloga que muito me ajudou a superar a ansiedade e outros obstáculos durante o processo de escrita.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente e fizeram parte da minha formação acadêmica, o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a reelaboração do passado no contexto da Guerra Colonial, bem como seus impactos sobre a narradora-personagem da obra *Caderno de memórias coloniais* (2009), de Isabela Figueiredo. A autora constrói, a partir de traços da memória, uma narrativa em tom autobiográfico. Assim, o foco desta pesquisa concentra-se na protagonista, de modo a evidenciar a maneira com que ela rememora o passado de sua infância e adolescência em Moçambique que, no contexto da obra, era colônia de Portugal. Para tanto, o problema que norteia a pesquisa é: como a rememoração contribui para a construção da identidade da personagem considerando-se o contexto em que ela se insere? A memória é fundamental para a ressignificação do passado e tem uma importante função na vida dos sujeitos. Portanto, daremos relevância ao passado colonial de Moçambique e às lutas pós-independência; discutiremos sobre diferentes concepções de memória e a forte imbricação dela com a identidade. Por fim, analisaremos a relação da protagonista de *Caderno de memórias coloniais* com a memória, o papel que ela assume na narrativa e o modo com que reelabora seus conflitos interiores. Como aparato teórico, temos Ribeiro (2003); Santos (2003); Dias (2015); Mango (2016); Le Goff (1990); Candau (2016); Halbwachs (1990), dentre outros. Constatamos que a obra em análise, por contribuir para que os sujeitos reflitam sobre aspectos identitários a partir de suas memórias, permite ao leitor reflexões sobre relações sociais e de poder.

PALAVRAS-CHAVE: *Caderno de memórias coloniais*. Memória. Identidade. Passado colonial.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the re-elaboration of the past in the context of the colonial war and its impacts on the narrator-character of the work *Caderno de memórias coloniais* (2009) by Isabela Figueiredo. Using traces of memory, the author constructs a narrative with an autobiographical tone. However, the bias of this research focuses on the protagonist, emphasizing how she remembers her childhood and adolescence in Mozambique, then a colony of Portugal. To this end, the problem that guides the research is how remembrance contributes to the character's identity based on the context in which she is inserted. Memory is fundamental for reframing the past and has an essential function in the lives of individuals. Therefore, in what follows this research, we will give relevance to Mozambique's colonial past and post-independence struggles. We will discuss different conceptions of memory and its substantial overlap with identity. Finally, we will analyze the relationship between the protagonist and memory, her role in the *Caderno de memórias coloniais* narrative, and how she reworks her inner conflicts. As a theoretical apparatus, we have Ribeiro (2003), Santos (2003), Dias (2015), Mango (2016), Le Goff (1990), Candau (2016), and Halbwachs (1990), among others. We found that the work under analysis allows the reader to reflect on social and power relations by helping subjects reflect on identity aspects based on their memories.

KEYWORDS: *Caderno de memórias coloniais*. Memory. Identity. Colonial past.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A SOCIEDADE PORTUGUESA NO CONTEXTO COLONIAL	14
	2.1 A Colonização dos países africanos de língua portuguesa	14
	2.2 Abertura política e as guerras coloniais: Moçambique em foco	18
3	MEMÓRIA: BREVES REFLEXÕES	24
	3.1 Considerações sobre memória	24
	3.2 Memória e identidade: confluências	29
4	MEMÓRIA E IDENTIDADE EM CADERNO DE MEMÓRIAS COLONIAIS, DE ISABELA FIGUEIREDO	33
	4.1 Isabela Figueiredo: vida, obra e recepção crítica	33
	4.2 Rememoração da Narradora-personagem	38
	4.3 A influência da memória sobre a identidade da protagonista	42
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre a obra *Caderno de memórias coloniais* (2009), de Isabela Figueiredo, uma escritora contemporânea cuja vida está ligada ao colonialismo português em África, uma vez que nasceu em Moçambique quando o país ainda era uma colônia ultramarina. A narrativa estabelece uma relação significativa entre a literatura contemporânea e um passado recente dos países de língua portuguesa associados ao colonialismo e à descolonização em África. Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo analisar a reelaboração do passado, considerando-se o contexto da guerra colonial, e seus impactos sobre a narradora-personagem¹ da obra a ser analisada. Isso porque o passado, tanto individual quanto coletivo, é revisitado, influenciando a formação da identidade da protagonista.

A pesquisa é de cunho bibliográfico, fundamentada na visão de Ribeiro (2003); Santos (2003); Dias (2015); Mango (2016); Le Goff (1990); Candau (2016); Halbwachs (1990), dentre outros.

Esta pesquisa foi motivada pela disciplina de Literatura Portuguesa Contemporânea, ministrada pela Professora Doutora Silvana Maria Pantoja dos Santos. Durante o curso, apresentei um trabalho sobre a obra *Caderno de memórias coloniais*, que teve um impacto significativo em minha trajetória acadêmica. Através da leitura da narrativa, pude refletir profundamente sobre questões relacionadas às identidades e ao poder social, expandindo, assim, meu entendimento sobre tais aspectos.

A historiografia da literatura portuguesa possui um vasto legado artístico e cultural que tem contribuído, significativamente, desde os primeiros escritos até os grandes nomes como Camões, Eça de Queirós e Fernando Pessoa. Sua importância e relevância transcendem o âmbito de produção, alcançando uma significativa influência nos estudos literários. Do ponto de vista temático, Leite (2013, p. 23) afirma que a literatura portuguesa produziu “uma literatura de viagens, descritiva e etnográfica, uma literatura colonial, e mais recentemente uma literatura sobre a guerra colonial”.

Na contemporaneidade, sobretudo após metade do século XX, surgem as literaturas pós-coloniais, inicialmente modeladas pelo sistema político e, quase

¹ Narradora-personagem – Isabela Figueiredo.

majoritariamente, composta por homens. Contudo, nos dias atuais, as mulheres, que ao longo do tempo foram conquistando seu espaço no cânone literário, vêm contribuindo e enriquecendo o cenário literário, desafiando padrões sociais e estéticos. Nesse campo, encontra-se Isabela Figueiredo, que rompe com o silenciamento da memória colonial.

A narrativa *Caderno de memórias coloniais*, objeto de análise deste estudo, é de cunho memorialístico e autobiográfico. Ela traz a memória do colonialismo e coloca em cheque várias representações que o sistema deixou após séculos de colonização. Conforme Inocência Mata (2013):

(...) a literatura portuguesa tem conhecido obras que questionam a incompletude identitária que o deslocamento pós-colonial originou, num misto de regresso nostálgico e sentido de perda traumática – e romances como Lourenço Marques (2003), de Francisco Viegas; Niassa (2007), de Francisco Camacho; O Tempo dos amores perfeitos (2006); O Último Ano em Luanda (2008), de Tiago Rebelo; Os Retornados: um amor nunca se esquece (2008). De Júlio Magalhães; Caderno de memórias coloniais (2009), de Isabela Figueiredo ou O Retorno (2012), de Dulce Maria Cardoso ilustram essa tendência narrativa de cartase coletiva, familiar ou somente individual, verbalizando os traumas causados pela ruptura tanto ideológica quanto política em que constituiu a “perda” das colônias (Mata, 2013, p. 116).

As literaturas pós-coloniais têm a memória como uma forte aliada, cuja forma de escrita, muitas vezes, articula as relações políticas e de poder, pondo em xeque, também, as questões identitárias e de pertencimento. A escrita pós-colonial traz, ainda, discursos e reflexões sobre a importância dessas memórias históricas, evidenciando a forma com que elas moldam o futuro. Para Sarlo (2007, p. 9), “o passado é sempre conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a história”. Assim, mesmo tratando-se de uma obra que problematiza o passado histórico, ela não se desvincula do aspecto literário, reforçando o elo entre realidade e ficção. Nesse sentido, é possível que este estudo amplie e aprofunde os conhecimentos sobre o passado colonial em Moçambique, assim como os impactos que esse período pode ter causado na vida daqueles que vivenciaram a guerra, seja direta ou indiretamente.

Na narrativa, o passado é revisitado através do cotidiano da narradora no seio familiar, no convívio com o pai e a mãe, e também pela sua percepção da comunidade

que a cercava. Tais elementos moldam as impressões da narradora sobre o pai, caracterizando-o como um homem machista, racista e dominador.

A memória é capaz de conservar aprendizados, afetos, experiências, como também de modelar os seres sociais. Portanto, através desta análise, interessa-nos entender de que modo a rememoração interfere na formação identitária da protagonista. Além disso, vale destacar que a literatura se torna um instrumento relevante para abordar questões sociais silenciadas e explorar as relações entre construção literária e percurso histórico, que se estreitam e se conectam intimamente.

No que concerne à estrutura, o estudo está dividido em três capítulos. O primeiro tem como objetivo analisar a sociedade portuguesa no contexto colonial, abordando o processo de colonização nos países africanos de língua portuguesa, com foco especial em Moçambique devido à sua relação direta com a obra em questão. Portugal, como colonizador, explorou diversas terras durante as grandes expansões marítimas e buscou dominá-las, e com África não foi diferente. Portanto, discutimos o processo de colonização em África, os impactos deixados, e como isso deu início às lutas pela libertação, destacando, especialmente, Moçambique, que alcançou a independência em 1975.

O segundo capítulo aborda reflexões sobre a memória, já que esse aspecto humano é o principal foco da obra *Caderno de memórias coloniais*. Nele, exploramos diversos conceitos, partindo dos estudos de Jacques Le Goff sobre o mito grego de Mnemosyne – considerada a deusa da memória – até os estudos contemporâneos sobre memória e identidade. Também discutimos as contribuições que a memória pode trazer para a sociedade e para a formação da identidade dos indivíduos.

O terceiro capítulo se dedica a investigar a vida e obra da autora, uma escrita capaz de ultrapassar o cenário literário e trazer discussões sociais. No seguimento deste capítulo, serão abordados dois subtópicos. O tópico primeiro analisa a relação da protagonista de *Caderno de memórias coloniais* com a memória, investigando os aspectos de rememoração que a narrativa aglutina. O segundo discute o papel que a memória assume na obra e a forma com que a personagem reelabora seus conflitos interiores.

A intenção deste Trabalho de Conclusão de Curso é contribuir com o meio acadêmico sobre a reflexão crítica acerca da obra *Caderno de memórias coloniais* e, por conseguinte, com a recepção crítica da autora. Além disso, esperamos também

contribuir para as pesquisas literária nas interfaces com a memória e o modo com que a literatura pode trazer à tona as memórias do período colonial na construção de identidade.

2 A SOCIEDADE PORTUGUESA NO CONTEXTO COLONIAL

O objetivo deste capítulo é compreender os aspectos da sociedade portuguesa durante o período colonial, especialmente o processo de colonização em África. Portugal, enquanto nação imperial, colonizou países do continente africano, asiático e americano com o objetivo de dominar, implantar sua língua e explorar economicamente os territórios conquistados.

No primeiro tópico, abordaremos a colonização portuguesa em países africanos de língua portuguesa, atualmente conhecidos como PALOP². Para compreender melhor esse processo de colonização, faremos uma contextualização histórica, mesmo que breve, sobre a sociedade colonial portuguesa e os interesses que motivaram o colonizador a atravessar a história de vários países. A discussão sobre a colonização portuguesa no continente africano, seus impactos e desdobramentos, é relevante devido à sua relação com a obra *Caderno de memórias coloniais* (2009), que, conforme já mencionado, é objeto de análise deste trabalho.

No segundo tópico, abordaremos a abertura política e as guerras coloniais, com foco em Moçambique. Este país, ainda como colônia portuguesa, tornou-se uma importante colônia de habitação durante o século XIX, sendo mencionado na narrativa e mantendo uma relação direta com a narradora-personagem. A partir de 1964, iniciaram-se os conflitos pela libertação em Moçambique, que duraram cerca de dez anos.

Para embasar nossa discussão, utilizaremos postulados teóricos de autores como Bellini (1999); Ribeiro (2003); Santos (2003) e Dias (2015), que abordam os traços do colonialismo português em África, assim como as guerras e o processo de descolonização.

2.1 A Colonização dos países africanos de língua portuguesa

Como se sabe, “Portugal, se formou no processo de reconquista do território ibérico aos mouros. Inicialmente estabeleceu o seu reino em torno da Cidade do Porto, e somente a partir de 1140, tornou-se independente do Reino de Castela em 1140”

² PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

(Bellini, 1999, p. 3). Sem dúvida, os mais importantes feitos de Portugal foram as grandes navegações e suas viagens de descobrimentos, o que resultou na colonização de diversos territórios. Segundo Bellini (1999, p. 5), “o apogeu da expansão portuguesa ocorreu durante o reinado de D. Manuel I entre 1495-1521, quando se tornou possível o monopólio do comércio das Índias”, que era de grande interesse do país. Nesse sentido, Santos (2003) afirma:

Portugal foi a primeira potência europeia a lançar-se na expansão colonialismo jogou um papel central no sistema de representações da modernidade ocidental, Portugal teve participação pioneira na construção desse sistema (...)" (Santos, 2003, p. 34-35).

Durante o período imperial, Portugal estava envolvido em grandes empreendimentos de conquista por meio das navegações, e, no contexto dos “descobrimientos”, tais momentos foram considerados gloriosos para a história do país. Assim, com o objetivo de chegar ao Oriente, foi realizado o contorno da costa africana para alcançar as Índias. Dessa forma, os portugueses foram conquistando diversos pontos no litoral africano até completarem o contorno do continente.

Em cada ponto em que se estabeleciam durante as viagens, eram criadas feitorias das quais se extraíam produtos diversos ou escravos. Conforme Bellini (1999, p. 3), Portugal conquistou Ceuta, no noroeste da África, em 1415, e, daí para diante, enviou expedições cada vez mais ao sul da costa oeste africana. O processo foi atingido em 1498, quando uma expedição comandada por Vasco da Gama chegou até Calecute, na Índia, percorrendo uma rota através dos oceanos Atlântico e Índico.

Vale destacar que, a partir de então, Portugal seria o primeiro e o mais duradouro império colonial já existente, com domínio em todos os continentes. Dessa forma, a sociedade portuguesa, no contexto colonial, tornou-se totalmente escravista e com economia latifundiária, baseada na monocultura, passando por diversas transformações. À medida que Portugal se estabeleceu, foi expandido seu império colonial em diversas partes do mundo, sobretudo em África.

É importante lembrar que a colonização portuguesa em África teve início no século XV, com a exploração da costa oeste africana. Em consequência da Expansão Ultramarina em África, foram dominados os territórios de *Angola, Guine Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique*. Portugal tinha uma grande necessidade

de estabelecer novas relações mercantilistas, e isso o levou a edificar um importante império em África. Assim, o colonialismo foi, sem dúvidas, a causa da criação de um grande Império Português, que permaneceu durante vários séculos.

A missão colonial em África tinha como principal foco não só a conquista de bens e de terras, mas sobretudo das culturas, língua e mentes dos seus habitantes, muitas vezes conquistada com a imposição, pela força. Nesse cenário, o objetivo dos invasores também se centrava na tentativa de “civilizar” as populações indígenas que ali habitavam, como destaca Caniato (2002):

Havia na África uma grande diversidade étnica, quando se deram os primeiros contatos dos portugueses, estabelecendo povoações e feitorias. Após o comércio dito “silencioso”, ensinada a língua aos povos africanos, esta se foi difundindo principalmente pelo litoral. Um dos meios de difusão foi levar africanos para Portugal a fim de aprenderem o português, depois trazê-los de volta para a África, já aculturados (Caniato, 2002, p. 129).

Dessa maneira, a língua foi um dos meios de difusão da cultura portuguesa imposta pelo colonizador. Ademais, no território africano, eram grandes as riquezas naturais, a exemplo de metais preciosos e reserva de gás natural. Contudo, foi a exploração do tráfico negreiro a atividade que mais rendeu lucros à Coroa Portuguesa, o que deixou um legado complexo em África.

Os portugueses introduziram o sistema de escravidão e trabalho forçado para explorar os recursos das colônias e a mão de obra escrava era destinada aos engenhos de açúcar, que, a essa altura, estavam instalados nas colônias portuguesas em São Tomé e Príncipe e na Ilha da Madeira. Sendo assim, as políticas coloniais de Portugal transformaram o africano em um ser sem direitos. Em seu livro intitulado *Sair da grande noite: Ensaio sobre a África descolonizada* (2014, p. 19), Achile Mbembe afirma que “o colonialismo exigiu aos colonizados que mudassem as suas razões de viver e, como se não bastasse, que mudassem também de razão – seres em mutação perpétua”.

Estudos apontam que a sociedade colonial portuguesa, no continente africano, era hierarquizada e estratificada. Contudo, estavam no topo desta hierarquização os colonos brancos, que detinham o poder político, econômico e social das colônias. Eles desempenhavam um papel fundamental na administração colonial e no

estabelecimento de comunidades urbanas. Inicialmente, Portugal distribuiu colônias mais profundas como Angola, Moçambique, Guiné Bissau e Cabo Verde.

No princípio, a Coroa Portuguesa instalou feitorias que consistiam em pontos do litoral do continente africano, local cujos portugueses construíram seus fortes. Nesse cenário, as feitorias eram construídas e essenciais para o estabelecimento das caravelas que iam rumo às Índias e que seriam, mais tarde, um ponto de embarque de pessoas escravizadas nas Américas – como o Brasil por exemplo. Por outro lado, os portugueses tinham por objetivo a negociação de produtos com os nativos das regiões do continente africano. Ribeiro (2003) enfatiza que:

Ao exterior, Portugal era apresentado como o país portador de uma missão providencial de importância capital na preservação dos valores cristãos ocidentais em África, pela criação de sociedades multirraciais como a única esperança de salvação (Ribeiro, 2003, p. 22).

Ainda, conforme Ribeiro (2003):

Na Europa imperialista do século XIX, Portugal exalta o valor pioneiro, histórico, religioso e até “descomprometido” da sua obra de expansão e colonização, reafirmando a sua diferença em relação aos outros europeus não como um aspecto negativo, mas antes como um valor. (Ribeiro, 2003, p. 3).

Aos colonos portugueses era incumbida a missão de promover a educação e difundir a religião católica nas colônias, visando cristianizar a população nativa e, dessa forma, consolidar o domínio colonial. É importante destacar que diversos países em África têm o português como língua oficial, o que reflete a influência duradoura do colonialismo português na região mesmo após os processos de independência.

Por essas e outras razões, o Colonialismo em África é visto como um processo com efeitos de longo prazo, que se estendem até a atualidade. “O século XX significará, para vários países europeus, a afirmação imperial em África. Portugal não foi exceção e, em 1974, mantinha várias colônias em África” (Meneses; Gomes, 2013, p. 59). Foi um período de dominação política e de profundas implicações. A sociedade colonial deixou, no continente africano, rastros no setor econômico, político e social. Além de ter sido um sistema que, por meio da segregação racial, negou a dignidade humana dos povos autóctones.

A memória do colonialismo ainda está viva em África. O sistema foi muito eficaz no legado que deixou, pois os portugueses conseguiram consolidar sua autoridade. Muito do que existia antes da chegada do colonialismo português em África ou de qualquer outra origem foi apagado, transformado ou perdeu-se. Ademais, o sistema é visto por muitos como um processo histórico totalizante de uma hegemonia, como um exercício de poder à força, e erradicação da cultura, que precisa ser vencido pelas sociedades que durante anos foram colonizadas.

Para Santos (2003, p. 28), o colonialismo português carrega consigo o estigma de uma indecibilidade que deve ser objeto primordial do Pós-Colonialismo português. Ou seja, seus desdobramentos foram capazes não só de segregar os povos africanos, mas também de deixar marcas evidentes numa sociedade pós-colonial, que conquistou suas independências apenas em um passado recente.

Pode-se dizer que o colonialismo teve sua contribuição para o crescimento econômico, político e social em África. No entanto, ele carrega consigo um caráter traumático, principalmente em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, que conquistaram suas independências recentemente. Isso permeia a história e os processos identitários, pois foi enraizado nas mentes dos sujeitos ao longo de gerações.

2.2 Abertura política e as guerras coloniais: Moçambique em foco

As marcas do colonialismo e dos seus desdobramentos ainda estão muito presentes nas ex-colônias, sobretudo em países africanos de língua portuguesa, que conquistaram suas independências em um passado recente, como é o caso de Moçambique. É importante destacar que, no período colonial do século XX, Moçambique e Angola faziam parte de colônias de povoamento, ou seja, povos de outros países também habitavam nas colônias portuguesas nesse período.

Ribeiro (2012, p. 92) reflete que “o colonialismo e as relações desiguais de poder em que assenta, problematizando-o em várias perspectivas, são capazes de gerar futuro. Magoado, traumatizado, culpado, mas futuro, apesar de tudo”. Na contemporaneidade, parte da sociedade moçambicana, sobretudo aquela que esteve sob domínio do sistema colonial, vive esse futuro em busca de romper barreiras e discursos deixados pela ação colonizadora. Na perspectiva da autora, “o colonialismo é um ‘poderoso fantasma’ em África”, visto que deixou muitas marcas não só no

sistema social, mas na identidade daqueles que o experienciaram, pois as relações desiguais escravizavam o nativo, e essa marca de opressão ainda vaga sobre África.

Os processos de independência no continente africano tiveram início no início do século XX. No entanto, com as potências europeias enfraquecidas após Segunda Guerra Mundial, os países africanos começaram seus movimentos de libertação e alcançaram suas independências. Com a forte opressão, surgiram os movimentos de libertação dos países africanos de língua portuguesa. Liderados por jovens, muitos deles estudantes em Portugal, o objetivo era resgatar a liberdade, o respeito e a voz do povo africano.

Cálido Mango, autor do livro *As lutas de libertação e os processos de descolonização nos países africanos de língua oficial portuguesa (1955-1975)*, de 2016, ressalta:

Nos anos 50 do século XX a Europa pós II Guerra Mundial enfrentava problemas internos que ameaçavam a paz, algo que dificultaria a construção de uma sociedade sem perturbações de guerras. Resolveu-se criar os espaços de aproximação política e de fraternidade entre as nações como forma de evitar confronto das forças. Logo depois do fim da guerra, surgiram as Nações Unidas como meio de garantir a paz e a estabilidade no mundo (Mango, 2016, p. 14).

Dessa forma, a partir de então, a ONU³ propôs diversas iniciativas com o objetivo de acabar com o sistema colonial que perdurou por séculos e que, naquela época, ainda estava presente nos continentes asiático e africano. Conforme Dias (2015), “os movimentos nacionalistas contra o colonialismo começaram a crescer e em alguns casos a independência foi obtida de forma pacífica. No entanto, em outros, ocorreu por meio da luta armada”. Em Moçambique, a Guerra Colonial teve grande destaque, mais do que a Guerra Civil, devido às questões políticas e desdobramentos da independência.

No contexto da Guerra Colonial, Portugal vivia sob regime ditatorial do Estado Novo, também conhecido como salazarismo, criado e comandado por António Oliveira Salazar⁴, aprovado em Constituição em 1933. O governo salazarista acabou com a política de descentralização administrativa e financeira nas colônias. Nesse contexto, Portugal ainda era detentor de algumas colônias e se recusava a tratar sobre qualquer

³ ONU-Organização das Nações Unidas.

⁴ Fundador do Estado Novo conhecido como salazarismo.

tipo de descolonização, pretendendo continuar com o cenário de dominação política e exploração econômica sobre o continente africano.

A partir desse contexto, com a resistência de Portugal, o colonialismo português começou a ser mais contestado no nível internacional. Assim, começaram a surgir as primeiras organizações nacionalistas a favor da descolonização, o que originou uma busca mais acentuada pela valorização identitária. O intuito era, por conseguinte, resgatar a liberdade, o respeito, a voz e a verdadeira identidade dos povos africanos enfraquecida durante o período de dominação portuguesa. Ao exporem seus desejos de libertação, tais nacionalistas passaram a ser considerados inimigos do Estado Novo até que houvesse a libertação dos territórios. Segundo Mango (2016):

As circunstâncias que provocaram o início das lutas armadas em Angola, na Guiné e em Moçambique basearam-se nos diferentes climas de horror, intolerância, repressão bárbara dos diferentes acontecimentos que antecederam o conflito armado e, acima de tudo, na recusa de Portugal em aceitar negociações sobre a independência (Mango, 2016, p. 38).

Além disso, o período das guerras coloniais em busca da independência contribuiu para o aumento da violência, com vários conflitos armados iniciando-se em várias ex-colônias em busca da descolonização. Ribeiro (2003, p. 24) destaca que “os acontecimentos de 1961, com o início da guerra em Angola, questionavam pela primeira vez, e de forma global, a sociedade portuguesa sobre o seu posicionamento relativamente ao chamado mundo português”. Nessa perspectiva:

A questão colonial portuguesa ganhou uma outra dimensão nos anos 60, com um maior envolvimento socialista ao lado dos movimentos nacionalistas. A antiga União Soviética e a República de Cuba contribuíram com apoios de assessorias, logísticos e militares para as lutas de libertação (Mango, 2016, 41).

Em 1961, começaram as primeiras manifestações em caráter de revolta contra a presença colonial, contribuindo para a mudança do cenário de domínio português. O grito de libertação em África e o desejo de emancipação dos povos africanos passa, de fato, a ser ouvido.

Em 1962, cria-se a FRELIMO (Frente de libertação moçambicana). Daí em diante, as lutas por independência são disseminadas em vários territórios. A pressão das Nações Unidas aumentava cada vez mais sobre o colonizador, tanto que, em

1965, houve uma visita de delegação do órgão às colônias portuguesas. Isso demonstra o apoio contínuo à legitimidade das lutas e à necessidade para se alcançar as independências.

A essa altura do século XX, “em Moçambique, existia uma população estável de colonos, e os números superavam meio milhão de pessoas” (Gomes; Meneses, 2013, p. 59). Conforme Mango (2016, p. 42), “era um período de confronto entre as Forças Armadas Portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique entre 1961 e 1974”.

A Guerra Colonial Portuguesa e as lutas por libertação foram conflitos sangrentos, com diversos massacres. Além da violência, conforme Gomes e Meneses (2014, p. 76), “os movimentos de libertação, representavam, de fato, vários perigos como: alargava à fronteira de infiltração da guerrilha nacionalista, ameaçava o vital acesso ao mar e, acima de tudo, punha uma causa a hegemonia branca”. Segundo Fraga (2014, p. 29), “a guerra colonial tinha, por conseguinte, várias “frentes”: a militar, a interna e a externa, podendo esta dividir-se em política e diplomática”. Assim, ocorreu um grande processo de militarização da sociedade. E “o desenvolvimento militar das partes envolvidas nos conflitos tinha uma finalidade, solucionar política e diplomaticamente a independência dos territórios a que o Estado Novo passou a chamar províncias ultramarinas” (Fraga, 2003, p. 28-29).

Contudo, as lutas por independência, sobretudo em Moçambique, duraram mais de uma década, ao passo que também fortaleciam o povo moçambicano em busca de sua independência. No país referido, o grande feito para a conquista da independência foi o movimento de 25 de Abril de 1974, também conhecido como a Revolução dos Cravos⁵, no qual os militares destituíram o governo ditatorial, iniciando um regime democrático que pretendia, de fato, pôr fim ao império português sobre África. Cálido Mango afirma:

Logo após o golpe de 25 de abril em Portugal, os guerrilheiros da FRELIMO intensificaram as atividades armadas em todas as frentes com objetivo de fazer pressão psicológica em Portugal e reforçar inevitáveis negociações que se seguiriam. Meses depois, em maio de 1974 chegou a Moçambique a primeira visita portuguesa de aproximação entre o governo e a FRELIMO (Mango 2016, p. 55).

⁵ Movimento Civil-militar que derrubou Marcelo Caetano, sucessor de Salazar.

A Revolução de 25 de Abril pôs fim ao período ditatorial do Estado Novo, e ao longo dos anos seguintes, foi alcançada a descolonização em todo o continente africano, representando um marco importante na história da libertação dos países africanos de língua portuguesa. Isso foi:

Resultado de uma crise de espaço social e político interno, que refletia e era simultaneamente resultado da grande crise de espaço da nação portuguesa que em África teve o seu palco sangrento, o 25 de Abril, seria, antes de mais, o fim da ditadura e o momento de regresso de Portugal ao seu espaço europeu, depois de cinco séculos a imaginar o império, onde se projetara a grandeza e a riqueza, e através do qual Portugal se foi imaginando centro (Ribeiro, 2003, p. 27).

Ribeiro (2013, p. 28) salienta que, “no pós-25 de Abril, a Guerra Colonial torna-se rapidamente um silêncio, algo que não era recomendável recordar publicamente, invisível e, portanto, reservada aos grupos diretamente portadores da sua memória: os ex-combatentes e as suas famílias”. *Em Caderno de memórias coloniais*, a narradora-personagem rememora esse silenciamento:

A guerra era ao Norte. Não tomávamos consciência da sua gravidade. Não se falava em homens dos nossos que tivessem sido mortos, não existia para nós esse vocabulário que agora conhecemos, como emboscadas, guerrilha, mina disto e daquilo (Figueiredo, 2018, p. 86).

A independência de Moçambique seria proclamada no ano seguinte, em 25 de junho de 1975, e foi um evento de extrema importância para a história de África. Após séculos de colonização, o povo africano conquista sua soberania e liberdade, iniciando um novo capítulo de sua trajetória. O período após a independência, conforme Dias (2015, p. 29), “foi notadamente socialista e muito violento”. Nesse sentido, vale lembrar que Moçambique ainda enfrentou vários anos de guerras civis. “Logo após o reconhecimento da independência, iniciou-se, em Moçambique, uma Guerra Civil (1975-1992) que acarretou um profundo caos no país, com quatro milhões de deslocados e um milhão de mortos” (Dias, 2015, p. 29).

Com a proclamação da independência, chegou ao fim o domínio colonial português em África, estabelecendo-se um novo governo no qual Samora Machel se tornou o primeiro presidente da República Popular de Moçambique recém-independente. No entanto, após a descolonização e a conquista da independência,

Moçambique enfrentou muitos anos de guerras civis entre grupos que disputavam a hegemonia interna. Esses conflitos foram resultado do caráter artificial imposto pelo Estado, pois Moçambique precisava consolidar o espírito nacionalista e a unidade nacional. Até hoje, o país continua sendo um dos mais pobres do mundo, enfrentando desafios com sistemas de saúde, educação e habitação precários. Além disso, luta para que a sociedade moçambicana resista ao racismo e à devastação pós-independência.

A sociedade moçambicana ainda sente os reflexos do sistema colonial, pois suas representações permanecem na memória coletiva do povo. Como Dias (2015, p.70-71) afirma, “é relevante considerar que o colonialismo, em Moçambique, deixou marcas além das estruturas físicas e históricas”. Nessa direção, a influência do colonialismo é evidente na continuação do uso da Língua Portuguesa como língua de comunicação – o que pode ser percebido em produções literárias de países como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe –, facilitando transações e ainda sendo utilizada como língua de educação e trabalho.

Além disso, os sistemas administrativos atuais nesses países seguem o modelo português. No entanto, é fundamental destacar que a independência dos países do continente africano do jugo colonial representa um feito histórico e crucial para a nossa modernidade.

3 MEMÓRIA: BREVES REFLEXÕES

Neste capítulo, refletiremos sobre a memória, devido à sua relação com a narrativa de *Caderno de memórias coloniais* (2009), uma obra de cunho memorialístico. No primeiro tópico, discutiremos a memória e suas considerações, abordando os diversos conceitos dados por autores referenciados como Jacques Le Goff (1990) e Halbwachs (1990), que discutem a memória coletiva, e Candau (2016), que trata da memória e sua relação com a identidade, entre outros. No segundo tópico, exploraremos a relação entre memória e identidade, destacando sua importância para os estudos sociais e contemporâneos.

3.1 Considerações sobre memória

A memória desempenha um papel central na vida dos sujeitos, tanto individual quanto coletivamente. Talvez, ela seja a função humana que mais nos define como indivíduos, tendo a capacidade de reter fatos, lembranças/recordações, ideias, impressões e sensações. Nesse sentido, por ter relação direta com a obra analisada nesta pesquisa consideramos relevante compreender algumas concepções sobre memória e refletir sobre sua função na vida dos sujeitos “a forma como olhamos para nossas mãos na infância, e a forma como olhamos para elas, agora; estou a olhar para as minhas mãos agora, não muda” (Figueiredo, 2018, p. 127).

A memória desempenha um papel significativo na literatura, pois muitos escritores a utilizam como recurso/tema em suas obras, transformando-a em um suporte para reflexões sobre a condição humana e a própria existência. Assim, “o texto literário apresenta-se como um potente participante, ao contribuir para o movimento permanente de reconstrução das vias organizadoras de memória” (Pereira, 2014, p. 345). No que diz respeito ao texto de cunho memorialístico, a literatura potencializa a memória individual ou coletiva. Para a literatura, a memória é utilizada como ressignificação do passado individual e das relações sociais.

Ao iniciarmos a nossa abordagem, faz-se necessário uma breve contextualização sobre a origem da palavra memória. O termo origina-se do grego, *mnemís*, ou, ainda, do latim, *memória*, e refere-se à conservação de uma lembrança.

Para a mitologia grega, a memória era vista como divina, referindo-se à *Mnemosyne*, deusa da poesia. Jacques Le Goff assim nos diz:

Os Gregos da época arcaica fizeram da Memória uma deusa, *Mnemosine*. É a mãe das nove musas que ela procriou no decurso de nove noites passadas com Zeus. Lembra aos homens a recordação dos heróis e dos seus altos feitos, preside a poesia lírica (Le Goff, 1990, p. 438).

Assim, a deusa Mnemosyne, conforme o autor, “revelava ao poeta os segredos do passado”, portanto, a memória era vista como um dom e, também “um antídoto para o esquecimento, e uma fonte para imortalidade” (Le Goff, 1990, p. 438). Na visão dos gregos, a memória era considerada divina, conferindo aos poetas o poder de relatar os feitos heroicos do passado por meio de seus cantares.

Jacques Le Goff afirma que o estudo da memória abarca diversos campos científicos, dentre eles a psicologia, a psiquiatria, a biologia, a neurofisiologia, dentre outras. Para Bosi (1993, p. 281), “a memória é sim um trabalho sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo”. Considerando a importância que a memória tem como função psicológica, influencia o ser humano desde a sua formação individual até a maneira com que ele se relaciona com um grupo e se percebe no coletivo. Na concepção de Le Goff (1990):

A memória como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (Le Goff, 1990, p. 423).

Essa capacidade de conservar certas informações faz com que a memória tenha uma característica interessante: a seletividade. Portanto, a partir dessa noção, ela tem a capacidade de conservar ou descartar certos fatos. Ademais, Le Goff (1990) enfatiza que “a memória é um glorioso e admirável dom da natureza”, e, por meio dela, invocamos o passado. *A priori*, a memória pode ser entendida como algo vinculado ao passado. No entanto, ela possui uma dinâmica com três dimensões: evocar o passado, moldar o presente e projetar o futuro.

Conforme os estudos de Le Goff, ainda, “a memória, [é] onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (Le Goff, 1990, p. 477). Portanto, a memória, a partir de sua função psicológica, pode

ser entendida como ato de rememoração de fatos simbólicos e importantes da vida de cada sujeito; é uma reconstrução do passado, capaz de moldar o presente de alguém e proporcionar uma caminhada mais segura em direção ao futuro. Sob esse viés, entende-se que o ser humano é constituído de lembranças, aquilo que se vive ao longo da vida, e as experiências acumuladas contribuem para a formação de sua identidade.

Le Goff (1990) afirma que Platão e Aristóteles consideram a memória um “componente da alma”, ou seja, o que um sujeito ou uma sociedade consegue lembrar do próprio passado pode sustentar sua identidade. Ademais, para falar de memória, é importante entendê-la como um fenômeno primeiramente individual, já que “cada um de nós tem uma ideia de sua própria memória e é capaz de discorrer sobre ela para destacar suas particularidades, seu interesse, sua profundidade ou suas lacunas” (Candau, 2016, p. 24). Mas a memória também é construída na coletividade, por meio da convivência com os grupos sociais.

Podemos ainda entender a memória como um compartilhamento de lembranças e discursos acerca do passado, ou seja, uma memória compartilhada. A respeito disso, Candau (2016, p. 47) enfatiza: “uma memória verdadeiramente compartilhada se constrói e reforça deliberadamente por triagens, acréscimos e eliminações feitas sobre as heranças”.

As memórias, quando compartilhadas, permanecem vivas, pois estão relacionadas ao passado e têm o poder de influenciar as ações no presente. Nesse contexto, o que aconteceu no passado não está permanentemente inacessível ou perdido, pois existe a possibilidade de revivê-lo por meio das lembranças. Conforme Candau (2026):

Sem a memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece. Não produz mais do que um sucedâneo de pensamento, um pensamento sem duração sua lembrança sua gênese que é a condição necessária para a consciência e o conhecimento de si (Candau, 2016, p. 59-60).

É através da memória que o indivíduo passa a ter consciência de suas ações. Além disso, ela possui uma força de transmissão, e está diretamente ligada à humanidade e sua história, possibilitando, assim, perpetuar identidades, acontecimentos, experiências, sendo compreendida como manifestação de poder. Le

Goff (1990, p. 468) considera que “os desenvolvimentos da memória no século XX, sobretudo depois de 1950, constituem uma verdadeira revolução da memória”. Revolução essa capaz de ultrapassar os limites da ciência, tendo em vista sua relevância social.

Na contemporaneidade, é importante destacar o papel da memória, considerando a relevância de diferentes segmentos sociais. Com isso, um grupo escolhe lembrar e também esquecer, podendo legitimar ou deslegitimar relações e comportamentos, discursos políticos e sociais. É o que Maurice Halbwachs discorre em seu livro “*A Memória Coletiva*” (1990).

Para o sociólogo, existe uma ligação entre a memória individual e a memória coletiva do grupo, sendo a última a esfera mais ampla da tradição de cada sociedade. Portanto, a memória deve ser entendida como “fenômeno social”, capaz de modelar identidades e, a partir disso, construir relações sociais. Nessa direção, a memória do sujeito é capaz de colocá-lo frente à comunidade a qual pertence, de maneira a posicionar-se socialmente e politicamente.

Um outro importante autor para os estudos da memória é o neurocientista Ivan Izquierdo. Ele assevera que “não há memória sem aprendizado, nem há aprendizado sem experiências”. Então, ela é o fruto das experiências que o sujeito vivencia. Izquierdo (2018) explicita que:

Quando se diz a palavra memória, a primeira que salta à evocação não é a memória das molas, dos discos ou dos computadores; é a memória das experiências individuais dos homens e dos animais, aquela que de alguma maneira se armazena no cérebro (Izquierdo, 2018, p. 89).

Ao compreendermos a memória como capacidade de conservar e relembrar informações e experiências, nós a relacionamos como parte do processo de interação do indivíduo com o meio social. Conforme Izquierdo (2018, p. 101), “as memórias não se adquirem isoladamente, senão uma após a outra”. O autor ainda defende que “a vida pode ser descrita como uma contínua experiência, ou como uma continuidade de experiências consecutivas”. Ou seja, as memórias das experiências vividas se formam ao longo da vida, influenciando na construção da identidade e tornando a existência um processo contínuo de construção.

Com a modernidade, o ser humano sente cada vez mais a necessidade de recorrer à memória, devido à natureza apressada da vida e ao crescente interesse

pelo que é efêmero. Dessa maneira, ressalta-se que a memória desempenha um papel significativo não apenas na história e na consciência de cada indivíduo, mas também no contexto social e cultural. Isso porque a memória coletiva pode passar por diversas transformações, pois diferentes grupos a ativam de acordo com seus interesses específicos. Para Le Goff:

A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (Le Goff, 1990, p. 476).

Ao contribuir para que o passado não seja totalmente esquecido, a memória evoca o passado ancestral, a cultura e a história oral, a fim de atualizá-los por meio das impressões dos grupos sociais. Isso é especialmente visível na memória dos povos originários, dos afrodescendentes, dos sobreviventes de guerras, entre outros, sendo uma forma de manter viva a identidade do grupo. Para Halbwachs (1990), a memória constrói-se a partir da soma de experiências do sujeito em relação à percepção de tempo. O autor ainda enfatiza que ela pode ser uma ponte entre o passado e o presente, sendo capaz de restabelecer essa continuidade interrompida.

No que se refere à relação com o tempo, Candau pontua duas categorias: a memória de curto prazo, cujas informações são armazenadas, mas substituídas ao passar do tempo; e a de longo prazo, cujo armazenamento é conservado por grandes períodos. Candau (2016, p.44) as distingue como “memória fraca” e “memória forte”. A forte é definida como uma “memória organizadora no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo”. Ou seja, ela é massiva, coerente, compacta e profunda, que se enraíza e se torna duradoura. Já a fraca é “uma memória sem contornos bem definidos, difusa e superficial”, é dispersa e com curta durabilidade.

Sarlo (2007, p. 9) assevera que “o retorno que fazemos ao passado nem sempre é libertador da lembrança, mas sim um advento, uma captura do presente”. Ao evocar o passado, a memória pode ser conflitiva e dividida. Candau, por sua vez, reflete que “todo aquele que recorda domestica o passado e, sobretudo, dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial que atua como significante da identidade” (Candau, 2016, p. 74). Lembrar é, pois, um ato

saudável, além de fazer bem ao psicológico e emocional, porque é uma forma de nos conectarmos a nós e aos outros, assim a narradora de Caderno de memórias colonias reflete “já estou aqui, ainda estou lá. Todo o passado, o presente e futuro ali se fundiram (...)” (Figueiredo, 2018, p. 128).

Stuart Hall (2014) enfatiza que a qualquer momento o passado continua a falar conosco. E essa relação é sempre construída por intermédio da memória. Assim, ao falar de memória, consideramos que ela marca o encontro do passado com as relações que vivemos agora, o que é fundamental para o fortalecimento dessas relações e, também, para a construção identitária.

3.2 Memória e identidade: confluências

A memória, por ter um caráter tanto individual quanto coletivo, desempenha na vida dos sujeitos um papel de extrema relevância, estando associada a diversas categorias que fomentam papéis sociais. Ela possui um caráter mutável e plural, tanto em aspectos individuais quanto coletivos.

Le Goff (1990, p. 469) afirma que “a memória humana é particularmente instável e maleável”, sendo, por isso, capaz de evocar a experiência vivida, de abraçar as coisas presentes, de reparar danos sofridos e contemplar coisas futuras. “A memória, portadora de uma estrutura possível de futuro, é sempre uma memória viva” (Candau, 2016, p. 89).

Ao falarmos de memória e suas confluências, é necessário um olhar sobre os elementos que a compõem, uma vez que podem alterar uma de suas principais características: a mutabilidade. Neste sentido, Pollak (1992) define três elementos essenciais na construção da memória, sejam elas individuais ou coletivas: acontecimentos, pessoas e lugares. O autor ressalta que tanto de forma individual como coletiva, esses aspectos são indispensáveis na construção da memória, e que ela, associada à construção da identidade, está ligada a tais elementos constitutivos.

1) o primeiro é definido pelo autor como *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, encontram-se os eventos que ele denomina de “vividos por tabela”, ou seja, são acontecimentos que a pessoa não se recorda, mas que os membros do grupo reconstituem e passam a ser incorporados como lembrança individual.

2) o segundo elemento são as *pessoas e personagens*. Aqui também podemos aplicar o mesmo esquema, falando de personagens realmente encontradas ao longo da vida, de personagens frequentadas “por tabela”, indiretamente, mas que, por assim dizer, transformaram-se quase que em conhecidas, e também de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa.

3) por último, os *lugares*. Esse elemento surge através da existência de lugares considerados significativos, históricos e, de maneira geral, associados a memórias e lembranças que podem ser relevantes tanto em âmbitos pessoais quanto públicos, coletivos e/ou culturais. Conforme Pollak (1992):

Esses três critérios, acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. Mas pode se tratar também da projeção de outros eventos (Pollak, 1992, p. 202).

Considerando os três fatores que Pollak determina como essenciais para a constituição da memória, podemos dizer que ela é, em parte, herdada, a partir da noção de “tabela”, por meio do contato com pessoas e os elementos do meio social.

Aprofundaremos a discussão sobre a relação da memória com a identidade, sendo aquela importante para a construção do sujeito. Candau (2016) afirma que a memória, além de alimentá-la, busca fortalecê-la. Compreende-se, a partir desta afirmação, que o passado impresso nas memórias, sejam elas individuais ou coletivas, contribuirá para o que compreendemos sobre nós mesmos e sobre os outros enquanto grupo. “A memória e a identidade se concentram em lugares, e em lugares privilegiados”, quase sempre com um nome, e que se constituem como referências perenes percebidas com um desafio ao tempo” (Candau, 2016, p. 156).

Para melhor compreender essa relação, é importante entender que a identidade se forma por um conjunto de características que definem um sujeito. Nesse caso, Stuart Hall define, em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), que a “identidade é algo formado ao longo do tempo”. Dessa maneira, a memória é pensada como elemento essencial para a constituição do sujeito como ser reflexivo, racional e pensante, neste sentido a narradora reflete “sei-o hoje, porque reconheço o meu pensamento seguindo os mesmos caminhos, enformado nos mesmos moldes. Por que sou a mesma. Lembro-me de como pensava” (Figueiredo, 2018, p. 127).

Ela fortalece e ajuda no papel social que cada um desempenha. Ademais, assim como a memória pode ser entendida como um processo ativo de armazenamento e recuperação de nossas experiências, também desempenha uma relação estrita com a identidade. Pollak (1992) assevera:

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1992, p. 204).

A memória contribui ainda com o sentimento de unidade do sujeito, e até de coerência e consciência. Candau (2016) pontua que “não existe uma busca identitária sem utilizar a memória, e vice e versa, pois qualquer busca memorial é precedida de um sentimento de identidade”. Nessa direção, a noção de identidade envolve também reivindicações, uma vez que proporciona a compreensão das predileções dos sujeitos, e está ligada a condições também sociais, ou seja, de posicionamentos e materiais. Na concepção de Stuart Hall (2002):

A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida”, a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (Hall, 2002, p. 39).

Mas, apesar da relação estreita entre memória e identidade, a memória torna-se instável devido à influência do meio social, que contribui para sua fragmentação. Além disso, por ter a capacidade de alcançar passados distantes, tal aspecto, por meio dos grupos, abre janelas para discussões sobre a sociedade global. Assim:

A memória coletiva tira sua força da duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo (...). Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (Halbwachs, 1990, p. 51).

Trata-se de um elemento essencial para a percepção de si mesmo e dos outros que compõem o meio. Ademais, cada um de nós tem um acervo de memória que é

peculiarmente nosso, que não compartilhamos com ninguém, e isso faz com que cada um de nós seja o indivíduo que é, pois as experiências de cada sujeito são diferentes.

No que se refere a isso, Halbwachs (1990, p. 55) argumenta: “minhas lembranças pessoais são inteiramente minhas, estão inteiramente em mim”. No entanto, é possível compreender que os indivíduos também são influenciados pela memória coletiva, ou seja, pelos grupos aos quais pertencem, como a família, escola, igreja e vizinhança. A partir dessa ideia, a memória torna-se algo em constante transformação. Assim, a relação entre memória e identidade envolve as diversas contribuições do meio social.

Entendemos, com isso, que a memória não se resume apenas ao que fica armazenado em nossa consciência. Através da evocação do passado, compreendemos que somos seres em constante construção, pois aquilo que se enraíza e resiste ao tempo em nossas mentes interfere em nossa identidade, tornando-nos construtores de histórias. Pela força da memória, conectamo-nos conosco e projetamo-nos com mais firmeza ao futuro.

4 MEMÓRIA E IDENTIDADE EM CADERNO DE MEMÓRIAS COLONIAIS, DE ISABELA FIGUEIREDO

Neste capítulo, trataremos da vida e obra da escritora de *Caderno de memórias coloniais*, com foco em seu universo literário e aspectos de sua escrita. A obra, em particular, narra sobre um passado histórico recente de Moçambique que se desdobra na vida da narradora e, por sua vez, se confunde com a história de vida da autora. Isso pode ser afirmado pelas fotografias dela e de familiares que intercalam a narrativa. Em seguida, dialogamos com a obra, objeto deste estudo, de modo a observar a rememoração da narradora-personagem a partir de sua experiência com o colonialismo e o deslocamento recorrente da descolonização, situações capazes de moldar sua identidade e suas relações sociais.

4.1 Isabela Figueiredo: vida, obra e recepção crítica

Isabela Figueiredo, filha de colonos portugueses, é escritora, professora e jornalista. Nascida em 1963, em Lourenço Marques (atual Maputo), capital de Moçambique, atualmente é uma das mais destacadas vozes da literatura portuguesa contemporânea. Licenciada em Línguas e Literaturas Lusófonas pela Universidade Nova de Lisboa, a autora possui especialização em Estudos de Gênero pela Universidade Aberta de Lisboa. Ela publicou seus primeiros textos em 1983, no *DN (Diário de Notícias) Jovem*. Além disso, atuou como jornalista até 1994 e como professora até 2014.

A escritora passou a infância em Lourenço Marques, época em que Moçambique era colônia de Portugal e lutava pelo fim da colonização. Nesse sentido, é impossível ignorar a relação de Isabela Figueiredo com África e com a questão colonial, cujos traços são perceptíveis em sua literatura. Sob esse viés:

(...) o modo como a questão colonial é comentada, aceite ou criticada decorre de vivências específicas de cada sujeito e, essencialmente, do ponto de vista adotado, isto é, depende de quem é o eu que se pronuncia e de quem é o outro de quem se fala (Arnaut, 2014, p. 100).

A narrativa de Isabela Figueiredo contempla temas diversos, dentre eles o da memória e da condição da mulher na sociedade. A escritora mistura gêneros como

ensaio, escrita de si, romance, condição muito presente nas produções literárias contemporâneas. Suas obras são: *Conto é como quem diz* (1988), livro de estreia; *Caderno de memórias coloniais* (2009), focado em sua infância africana na colônia e adolescência em Portugal. Essa obra foi eleita no ano seguinte de sua publicação como uma das obras portuguesas mais relevantes da década, reconhecida como pela crítica e pelo público. Em seguida, publicou *A Gorda em* (2016), que traz uma abordagem sobre a autoimagem e preconceito. Recentemente, publicou *Um cão no meio do caminho* (2022), com um enredo sobre o encontro de duas personagens que, a partir da solidão profunda, vivem uma grande amizade.

Conforme Valente (2017), “Isabela Figueiredo tem vindo a revelar-se um caso singular no panorama literário português, especificamente pelo tratamento dado ao passado colonial português em África”. Reconhecida como uma das principais autoras da literatura lusófona na atualidade, Figueiredo ganhou prêmios literários. Assim, com a publicação de *Conto é como quem diz* (1988), venceu a Mostra Portuguesa de Artes, no mesmo ano; com *Caderno de Memórias Coloniais* (2009), que possui cinco edições, foi contemplada com o Prêmio Monstro do Ano de Melhor Livro.

Como alguém que viveu a experiência da descolonização, Isabela Figueiredo carregou marcas em sua trajetória pessoal e também de escritora. Diversos fatores, como o modo de vida, a relação dela com o pai e dele com os empregados, mas, sobretudo, a separação familiar, dentre outros, trouxeram impactos à vida da autora. Conforme Silvana Santos (2020):

(...) pelas circunstâncias da guerra, Isabela tivera que, abruptamente, deixar o país em 1975 e mudar-se para Portugal, onde vive atualmente, deixando para trás os pais que não conseguiram sair e também todas as suas referências da terra natal (Santos, 2020, p. 76).

Com o fim da colonização portuguesa em África, nasce uma nova ordem política em Moçambique, com necessidade de mudanças. Entre os anos de 1974 e 1975, muitas pessoas, parte filhos de colonos, tiveram que deixar às pressas Moçambique e partir para a metrópole, como foi o caso de Isabela Figueiredo, que nunca antes estivera em Portugal.

Todos na mesma condição de Isabela Figueiredo receberam o estigma de *retornados*, o que resultou em muito preconceito e segregação. Chegar aos 12 anos de idade em Portugal exigiria de Figueiredo uma grande adaptação; ela precisaria

desenvolver uma consciência e sensibilidade para se adaptar aos novos caminhos que a vida lhe impunha. Isso porque:

O conceito de retornados, assim como os estereótipos que foram sendo construídos, não permitem aceder à complexidade das construções e processos identitários de quem regressou, ou partiu, para Portugal – construções e processos estes marcados por fortes ambivalências, limbos e sentimentos de nostalgia e ressentimento. São, portanto, as polissemias identitárias que podem ser identificadas a partir dos testemunhos e das memórias dos chamados ‘retornados’ (Meneses; Gomes, 2013, p. 97-98).

Essa condição na qual a autora se percebe influencia sua construção narrativa. Outra questão significativa é a noção de pertencimento, de entre lugar: ser moçambicana e ser portuguesa provoca uma questão identitária flutuante. Aos retornados cabia uma necessidade de integração e de formulação de vida, pois muitos não puderam levar nem mesmos seus pertences e bens. Desse modo:

A experiência do retorno causou muitas feridas que, por muito tempo, foram tampadas sem cicatrização: a perda de um lar, a problemática reintegração e a própria colonização. Desse modo, a escrita literária passa ser um lugar de vozes que buscam retomar este passado recente, revisitá-lo com o objetivo de, finalmente, cicatrizar esta ferida há tantos anos aberta (Gomes, 2022, p. 59-60).

Isabela Figueiredo, a partir de suas vivências pessoais, além da memória, dá ênfase à identidade, ao gênero e aos padrões, assim como as literaturas pós-coloniais da contemporaneidade procuram retratar. Na concepção de Leite (2020, p. 16), “diversos gêneros da escrita literária africana em língua portuguesa trazem discursos sobre autobiografia e memorialismo, que são reveladoras da forte originalidade e modernidade”.

Ademais, em entrevista à Revista Espacialidades da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, em 2021, Figueiredo explicita como o espaço literário em suas obras se cruza com as memórias e quais autores contribuíram para sua escrita:

Não é possível responder a essa pergunta como gostariam. Todos os autores que li, os bons e os maus, contribuíram para a minha escrita. Não sei se Dostoievski foi mais importante do que os livros de quadrinhos. Todas as leituras que me atravessaram, me prenderam acabaram formando-me. Recuso fazer uma distinção entre alta e baixa cultura, própria deste tipo de questões e repostas. Tudo foi e é

importante. A minha obra está muito marcada pela minha vivência. Cada artista é o resultado das experiências que viveu, o que se refletirá no seu trabalho (ENTREVISTA “ESPAÇOS CORPORAIS”: um diálogo entre a História e a Literatura. Revista Especialidades, 2021).

Na mesma entrevista, a escritora revela: “quando comecei a escrever o Caderno não sabia que o livro seria uma carta de amor ao um pai, tal como não percebi, ao longo de *A Gorda*, que aquele relato era sobre força e coragem”. A escrita de Figueiredo é considerada versátil, capaz de gerar discursos na sociedade em que se insere. Com essa característica, a escritora resgata questões relevantes que quebram paradigmas. Sobre a construção narrativa de *Caderno de memórias coloniais* (2009), a autora escreve em seu *blog*:

O Caderno tinha uma vida própria, que quem lê reconhece, como se de repente se abrisse uma janela e o vento trouxesse intacto o ambiente do passado, descongelado, inteiro e autêntico, com os seus ruídos, cores e odores; mas o livro também ficciona para dizer a verdade, esse outro grande paradoxo da literatura (Figueiredo, 2018, p.10).

Para muitos críticos, o livro *Caderno de memórias coloniais* (2009) é considerado um acerto de contas com o passado colonial de Portugal e com seu pai, eletricitista português radicado em Moçambique. Na obra, há a forte presença de uma escrita capaz de trazer reflexões a respeito das identidades construídas a partir do contexto colonial. Sobre esse aspecto, Paulina Chiziane, escritora moçambicana, no prefácio da obra, destaca:

Caíram-me muitas lágrimas na leitura desta obra, por me fazer reviver os momentos mais amargos do meu percurso [...]. A tua escrita é tão poderosa é tão real, Isabela! Pela tua coragem eu te daria a patente de general, de marechal, sei lá [...]. Este livro trata das relações de gênero, do colonialismo e do nacionalismo. Poucas são as obras literárias que tratam dessas questões com tanta profundidade (Chiziane, 2018, p. 13).

Chiziane reconhece o poder da narrativa de Isabela Figueiredo ao entender que sua escrita traz os dois lados do colonialismo: o olhar de quem viveu como filha de colonos, tendo uma criação diferenciada, e o de quem percebia uma sociedade racista e opressora para o negro e, principalmente, para as mulheres negras. Para Chiziane,

era difícil falar sobre o que de fato foi o colonialismo e, portanto, encontra na escrita de Figueiredo essa liberdade literária dada aos contemporâneos. Abordar discursos sociais como fez Isabela Figueiredo revela um olhar sensível, mas também crítico sobre relações de poder, pessoas e as consequências de suas ações.

Figueiredo traz em sua literatura alguns conceitos caros. Em sua obra *Caderno de memórias coloniais*, ela faz uma crítica ao sistema patriarcal da época, personificado na figura do pai, também retratado como racista. Ao referir-se a essa questão na narrativa, Ribeiro diz:

E, por isso, este livro é um grito, no sentido em que relata a vivência do trauma que unifica a pessoa do pai à violência explícita do colonialismo português; e é um luto; porque é um choro prolongado pela figura colonial do pai e pela violência que ela contém ao transformar o grito (trauma) num choro (luto) do que dificilmente se sai, na eterna busca de pertença a um mundo às avessas, do qual mal ou bem todos nós emergimos (Ribeiro, 2012, p. 93).

Dessa maneira, Ribeiro caracteriza que a narrativa de Isabela Figueiredo tem uma dimensão pessoal, a partir da memória de quem experienciou o colonialismo, e também coletiva, a partir do êxodo para Portugal, em que muitos foram os desterrados de sua terra, mas poucos decidiram falar.

A geração de escritores em que se insere Isabela Figueiredo é aquela que expressa uma pós-memória, caracterizada pelo trauma da guerra. No entanto, essa pós-memória é distinta da memória de primeira geração dos eventos, uma vez que não vivenciaram diretamente esses acontecimentos como adultos e cidadãos participantes. Além disso, os escritores nascidos em África – mas que se mudaram para Portugal devido aos desdobramentos da descolonização – têm interesse em fazer um acerto de contas do período colonial, ou seja, uma releitura que não exclui a discussão sobre traumas como o salazarismo e seus impactos sociais. Portanto, essas narrativas estabelecem uma relação entre passado e presente.

Sobre o relato de memória da narrativa de Isabela Figueiredo, Jorge (2015) assevera:

Posso afirmar, portanto, que estamos diante de um texto que interpela seus fantasmas, o pai e a vida em Moçambique, ciente da impossibilidade de apaziguamento e conforto: o que se constrói a partir daí é um relato de memória, de memória de segunda geração,

diria melhor, que mistura amargor e doçura, ódio e saudade, respeito e desprezo [...] (Jorge, 2015, p. 55).

Os textos dessa geração costumam retratar o que de fato foi a Guerra Colonial em países africanos de língua portuguesa. Isso também se aplica à autora portuguesa Dulce Maria Cardoso, com a obra *O retorno*.

A literatura contemporânea, conforme Ribeiro (2012), “além de trazer uma imagem do colonialismo português em África, traz a discussão identitária do colonizado e do ex-colonizador”. Na obra de Isabela Figueiredo, a questão da identidade também está presente por meio da noção de retornados, já que o pertencimento a um lugar específico leva o sujeito a refletir sobre sua própria identidade. *Caderno de memórias coloniais* propicia essa reflexão ao leitor.

Inocência Mata, em seu ensaio *Literatura-mundo em português: encruzilhadas em África* (2013), fala de uma “literatura portuguesa com obras que questionam uma incompletude identitária, originada pelo pós-colonialismo”, e destaca *Caderno de memórias coloniais* como uma das escritas capazes de gerar uma reflexão identitária a partir do contexto social e ideológico. Nesse sentido, constrói-se uma relação entre texto-leitor capaz de transcender as barreiras da literatura e desconstruir discursos hegemônicos a partir do olhar de uma escritora para quem o colonialismo trouxe diversos impactos.

4.2 Rememoração da Narradora-personagem

Em *Caderno de memórias coloniais*, a narradora relata suas experiências como menina branca, filha de colonos em meio aos colonizados negros, durante a infância em uma sociedade hierarquizada. Além disso, também avulta o período pós-independência da colônia portuguesa, quando teve que partir para a metrópole no início da adolescência.

A obra não segue uma ordem cronológica dos eventos; no entanto, a narrativa emerge das lembranças da protagonista. A partir da rememoração, percebe-se como o olhar da narradora-personagem percorre lugares, observando as relações sociais em um contexto marcado por divisões entre brancos e negros e, assim, o passado é reelaborado e sua identidade individual com elementos da coletiva, vai se moldando.

Segundo Silvana Santos (2020), a narrativa é caracterizada pela revisitação histórica, pois além de narrar eventos sociais, a protagonista rememora suas vivências

no seio familiar e na comunidade. O cenário de África, especialmente Moçambique, na visão da personagem, era fascinante e complexo ao mesmo tempo. Por um lado, era uma terra que a encantava, mas por outro, também um espaço de misérias e opressão:

Era África, inflamante, sensual e livre. Sentia-se crescer por debaixo dos pés. Tremia. Um coração inchado. Era vermelha. Cheirava a terra molhada, a terra mexida, a terra queimada, e cheirava sempre (Figueiredo, 2018, p. 52).

Um traço importante na narrativa era a conexão da narradora com a terra e com os homens e crianças negras. A protagonista descreve a África como um continente repleto de riquezas naturais, porém, após séculos de colonização, essas riquezas não estavam sendo desfrutadas por todos. Cabia ao nativo a escravidão e a perda de sua liberdade, além de péssimas condições de trabalho. As crianças da mesma idade que a sua não eram como ela, bem vestidas e 'limpinhas', conforme evidencia o trecho: "crianças da minha idade ou mais novas. Abria a porta aos pedintes e ficava a olhá-los sem palavras" (Figueiredo, 2018, p. 45).

Como retratado no enredo, as crianças vivenciavam a miséria em Moçambique, e os homens trabalhavam em troca de mão de obra barata, sendo expostos a péssimas condições de trabalho. A partir desse contexto social, a menina vai refletindo sobre as relações desiguais entre homens e mulheres, negros e brancos:

Tinha doze no prédio da 24 de Julho, mais vinte no Sommershild, mais sete numa vivenda da Matola... e corria a cidade, o dia inteiro, de um lado ao outro, a controlar o trabalho da pretalhada, a pô-los na ordem com uns sopapos e uns encontrões bem assentes pela mão larga, mais uns pontapés, enfim, alguma porrada pedagógica, o que fosse necessário à fluidez do trabalho, cumprimento dos prazos e eficaz formação profissional indígena (Figueiredo, 2018, p. 43).

A personagem, por diversas vezes, não compreende as situações que presencia, conflito que atravessa todo o enredo em diversos acontecimentos simultâneos. Ela não entende por que o tratamento dado às mulheres e aos homens negros tinha que ser diferenciado. No seu íntimo, existiam esses questionamentos sobre o porquê daquele pensamento conservador e opressor sobre os colonos. Nesse sentido, a lembrança é capaz de contribuir para a construção da identidade do

sujeito, pois, como afirma Candau (2016), “a memória ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada”. A personagem vai desenvolvendo uma visão da sociedade, percebendo como a soberania do homem branco era absoluta. Ela relata: “Em Moçambique era fácil um branco sentir prazer de viver. Quase todos éramos patrões, e os que não eram, ambicionavam sê-lo” (Figueiredo, 2018, p. 44).

Ao afirmar que a memória organiza o passado em função de engajamentos do presente por demandas futuras, Candau (2016) nos faz compreender que o nosso passado está sempre em busca de modelar nossas ações presentes, projetando o futuro. Nesse sentido, a narradora olha para o passado colonial como um marco para sua identidade, buscando superar os traumas que o período lhe causou.

As retinas da menina observam o comportamento hostil e machista do pai: “o meu pai gritava lá dentro e, os safanões, trazia-a para fora, atordoados ambos” (Figueiredo, 2018, p. 76). Ao mesmo tempo em que tinha momentos de total leveza, lembrava-se da pele do pai, “muito lisa e húmida (Figueiredo, 2018, p. 159). Os sentimentos eram conflitantes em relação à figura paterna, o amor era devotado, como evidencia o trecho: “quando o meu pai me levantava no ar como se fosse uma coisa, ou me transportava às cavalitas, sentia-me fraca perante a força total [...]” (Figueiredo, 2018, p.37). Ao mesmo tempo, a narradora confessa sentir repúdio, pelo forte caráter racista do colono, e, então, renega suas ideias pelo modo violento de tratar os empregados, ação que lhe causa medo e vergonha.

Já a mãe, era uma figura sem voz, dominada pelo patriarcalismo, com funções exclusivamente da sociedade da época. Ela vivia a pressão da subordinação e exercia um papel mais disciplinador do que amoroso: “a minha mãe trabalhava muito no quintal, plantando legumes, tratando da criação” (Figueiredo, 2018, p. 57).

Observando essas relações, lembramos a afirmação de Halbwachs, para quem a memória se constrói a partir da soma de experiências construídas nos grupos. No entanto, a rememoração pode ser uma experiência dolorosa, emotiva e transformadora no sentido de a pessoa descobrir o que não quer para si da relação familiar.

Ademais, compreendemos que, ao escrever *Caderno de memórias coloniais*, Isabela Figueiredo não só retrata as vivências da narradora-personagem, mas também constrói a sua própria identidade por meio do relato de si. As experiências remodelam sua identidade primeiro enquanto sujeito social, depois como mulher e

escritora. Segundo Leite (2013, p. 23), “anos pós a independência, surgiram livros que tentam penetrar algumas áreas da “amnésia” colonial, recuperando lugares, vozes e consciências, trajetos e percursos do trilho colonial”. O recorte abaixo possibilita uma reflexão sobre esses vieses:

É uma história de perda, na qual uma rapariga cujo percurso autónomo se advinha, sente e mostra a necessidade de desenvolver a resistência máxima, e de crescer depressa, para garantir a sobrevivência, testada ao atravessar a realidade hostil da colonização e da descolonização, primeiro em Moçambique, depois em Portugal, para onde é enviada sozinha (Figueiredo, 2018, p. 9).

A narrativa aborda um passado recente, uma vez que Moçambique conquistou sua independência há menos de cinquenta anos. Dessa forma, a protagonista retrata, através de seu cotidiano, a vida dos colonos do país antes da independência e durante o processo de descolonização. Nessa direção, ela rememora o formato das relações sociais e familiares que existiam na época e, reelabora a forma como a sociedade lida com essas relações.

Em *Caderno de memórias coloniais*, a voz da narradora recupera não apenas experiências individuais, mas também coletivas, a partir de sua relação com o meio:

Recordo as conversas ouvidas entre as mulheres. Eu não tinha idade para entender, pensavam elas, por isso falavam abertamente sobre o que faziam nos bairros indígenas antes da chegada da minha mãe, e os herdeiros mulatos que por lá teria deixado antes de casar (Figueiredo, 2018, p. 39).

A memória é um compartilhamento de lembranças e discursos sobre o passado, sendo os fatos passíveis de sofrer alterações devido à interferência do tempo, da imaginação e outros fatores capazes de desestabilizar o caráter de verdade. Talvez, pensando nisso, a autora tenha tido o cuidado de intercalar a narrativa com fotos dela em contato com a comunidade, como uma tentativa de dar credibilidade aos acontecimentos:

A minha terra nunca veio, depois disso, a ser um metro de chão preciso – um talhão do qual se pudesse dizer “pertença aqui”. Ou, “veem aquela janela no 4º andar, foi ali”; ‘onde está agora aquele prédio, a minha mãe...’ (Figueiredo, 2018, p. 110).

A memória de um indivíduo não está isolada e inteiramente fechada; quando a narradora evoca suas lembranças, tem a necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Nesse sentido, a lembrança da infância vem permeada da presença de outras pessoas, a exemplo da figura paterna, que a excluía do convívio com as crianças da idade dela, realçando a “a distância entre brancos e pretos [...] equivalente à que existe entre espécies diferentes” (Figueiredo, p. 59).

A partir do exposto, entende-se que a rememoração em *Caderno de memórias coloniais* reascende a ferida do passado colonial, assim a narradora reelabora o passado ao mesmo tempo em que contribui para a sua construção da identidade.

4.3 A influência da memória sobre a identidade da protagonista.

Falar sobre identidade é, sem dúvida, complexo, pois envolve olhar para o sujeito e para os aspectos que o constituem como tal. Assim, como discutido no capítulo anterior, a memória auxilia no processo de formação identitária, uma vez que recordar significa recordar e reelaborar acontecimentos e experiências que fizeram parte de nossas vidas. “Transmitir uma memória e fazer viver, assim, uma identidade não consiste, portanto, em apenas legar algo, e sim uma maneira de estar no mundo” (Candau, 2016, p. 118). Dessa forma, as identidades podem ser modeladas a partir dos discursos memorialísticos.

Sabemos que a memória, como salienta Candau (2016), é uma força na construção da identidade. Nesse sentido, observamos que, em diversas passagens, a narradora de *Caderno de memórias coloniais* relembra e deixa claro seu desconsolo por viver em uma conjuntura em que imperam o racismo e a desigualdade: “ah eu não podia compreender” (Figueiredo, 2018, p. 36). Apesar de tentarem introduzir na menina uma ideologia racista, ela não se apropria dela e, com alguma rebeldia, atreve-se a aproximar-se dos negros: “e a colonzinha negra que eu era vendia montezinhos de mangas do lado de fora do portão da machamba” (Figueiredo, 2018, p. 59-60).

Refletir sobre a identidade é, sobretudo, olhar para o lugar da mulher no processo histórico e suas lutas por espaço; é considerar que ao longo dos anos a mulher tem conquistado sua emancipação social. Como afirma Magalhães (1980, p.

125), “desde a mais remota antiguidade, a mulher ocupou uma posição subalterna na sociedade, ou, no mínimo, subsidiária ou complementar ao homem”.

Como sujeitos, cada um de nós tem uma ideia de sua própria identidade, ou seja, dos aspectos que nos formam, e nossas experiências nos ajudam a compreender quem somos. Observamos que, em *Caderno de memórias coloniais*, a identidade da narradora se dá a partir da negação da figura do pai e das normas do seu grupo e, assim, o desejo pelo diferente a impulsiona: “o negrito do lado, vendo-me no telhado da garagem, subia à sua mafurreira para falar comigo às escondidas da minha mãe” (Figueiredo, 2018, p. 67). Existe, por parte da narradora, um sentimento de oposição às ideias do colono, seu pai, e de todo sistema o qual pertencia. Além disso, a relação com o grupo e com os outros representantes proporciona-lhe a experiência da identificação: “não gostava de anéis. Os pretos não tinham anéis” (Figueiredo, 2018, p. 70). Portanto, a interação com o espaço africano marca sua identidade. No que concerne à construção identitária, Hall (2014) argumenta:

A identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas (Hall, 2014, p. 96).

Sabemos que o colonialismo causou rupturas nas identidades. Assim, a personagem necessita de ressignificar suas experiências: “ser forte como meu pai. Ser forte como meu pai desejava que fosse” (Figueiredo, 2018, p. 79). Os tempos mudam e a vida na colônia se torna um jogo. Após a independência de Moçambique em 1975, a vida dos brancos tornou-se difícil. A narradora relata massacres e a revolta com que os negros, agora, os tratavam: “a vida de um branco em Lourenço Marques tinha-se tornado um jogo de sorte ou azar” (Figueiredo, 2018, p. 111).

Assim, as memórias da narradora também abrangem o contexto social da Guerra Colonial, embora tal conflito não seja enfatizado com grande destaque. Talvez devido à sua condição infantil, os pais a poupavam dos acontecimentos: “a guerra era ao norte. Não tomávamos consciência de sua gravidade” (Figueiredo, 2018, p. 86). Contudo, a narradora reelabora seu passado a partir da evocação que faz a ele, assim a mesma observa os impactos causados em sua trajetória.

Conhecida como Revolução dos Cravos, a Revolução de 25 de Abril e seus desdobramentos causaram impactos na vida dos que a experienciaram – e com a menina e seu ciclo familiar não foi diferente. Portanto, surge um novo sujeito diante das mudanças ocasionadas pelo fim do processo colonial. Um novo cenário se cria em Lourenço Marques, que passa a testemunhar, nos dias seguintes à libertação, a violência que se espalhava pelas ruas, ataques às propriedades dos brancos e inúmeros assassinatos. Sua família foi poupada dos ataques, que eram cada vez mais frequentes, e isso se devia a uma relação de estima que um vizinho negro tinha por eles:

Quando se deu o 7 de setembro, e nos escondemos no corredor da casa, para nos protegermos dos vidros partidos, de pedras que atirassem, de coquetéis molotov, da morte muito certa, sabíamos lá nós qual, mas gratuita e raivosa, foi o preto do cão branco que nos salvou (Figueiredo, 2018, p. 109).

Caderno de memórias coloniais se configura como um discurso lançado para produzir entendimentos sobre a identidade da narradora. Assim, o processo identitário torna-se dinâmico, sendo construído por diversos fatores, e um deles é a partida para Portugal aos 12 anos de idade, conforme pontua a narradora: “Lourenço Marque esvaziava-se de brancos, ricos ou pobres, desde muito antes da independência” (Figueiredo, p. 119). A separação dos pais encerra um ciclo em sua vida; já não era mais a menina branca filha de colonos e superprotegida, agora precisava amadurecer, conforme ela mesma relata: “no dia vinte e tal fecharam-me as malas e os sacos, e eu não disse nada, porque uma filha não tinha querer, não era achada” (Figueiredo, p. 121).

O pai a mandou para um local mais seguro. Assim, ela parte com a responsabilidade de contar aos compatriotas sobre o horror que presenciou contra os brancos e a vingança dos negros, ao passo que rememora: “Coragem. Não te esqueças de contar a verdade!” (Figueiredo, p. 130). No entanto, a adolescente sabia que aquela não era a única verdade, pois aquela mensagem era dos seus pais não sua. Assim, ela confia: “(...) levava comigo a verdade. A deles” (Figueiredo, p. 122). O processo de deslocamento pela qual passa, indo da antiga colônia para a metrópole, favorece processos que afetam sua identidade.

A memória da chegada em Lisboa, no final de novembro de 1975, traz o sentimento de solidão, mas também de fortalecimento. Agora, uma rigorosa mudança era preciso, o olhar sobre a cidade lhe causara espanto, e “a metrópole era suja, feia, pálida, gelada” (Figueiredo, p. 157). Esse novo cenário faz com que a garota pense o quanto a vida de ‘remediados’ na colônia era suportável. Agora ela morava com a avó que pouco conhecia, tinha uma casa muito humilde, e pouco ganho financeiro:

Quando minha avó abriu a porta, encarei um estreito corredor, com chão e paredes de cimento, a céu aberto. Aos meus pés, um enorme ralo. A porta abriu para direita e, depois de entrarmos, quando a fechou, reparei que atrás dela se encontrava o tanque de lavar roupa e enormes bacias em zinco (Figueiredo, 2018, p. 138).

Em Portugal, a garota já não era a menina branca filha de colonos, mas sim aquela que regressa para uma terra que não é sua: “em Portugal, habituei-me cedo a ser alvo de troça ou de ridículo, por ser retornada ou me vestir de vermelho ou lilás” (Figueiredo, p. 137). De acordo com Menezes e Gomes (2013, p. 97-98), “o conceito de retornado, assim como os estereótipos que foram sendo construídos, não permitem aceder à complexidade das construções e processos identitários de quem regressou, ou partiu, para Portugal”. Contudo, a experiência, seja de partida ou regresso, causa sentimentos de nostalgia e desestruturação, fazendo com que o sujeito inicie uma busca identitária e por pertencimento. Dessa forma:

Uma pessoa habitua-se a tudo; relativiza a importância da dificuldade, e não festeja às largas a vitória, porque sabe que nada é certo, nada dura. O meu pai não perdera tudo que tinha?! E os outros?! Não haviam perdido ainda mais que o meu pai?! Eu não estava agora nas Caldas e o meu pai não rumara para Cabora Bassa? O que seria o futuro? (Figueiredo, 2018, p. 147).

A necessidade de integração dos retornados à sociedade portuguesa foi um processo de retomada de consciência daqueles que agora precisavam aprender uma nova forma de vida. Já que o contexto da metrópole era totalmente diferente, como alguém com apenas doze anos de idade poderia se sobressair e se adaptar à nova realidade? “Eu tinha de ser forte”, diz a narradora (Figueiredo, p. 141). A situação em que se encontrava a fazia refletir que talvez esse fosse um dos motivos pelos quais o pai não quisesse largar Moçambique, ficando por lá por muito tempo.

Nos capítulos finais do livro, a narrativa retorna ao tempo presente e entrelaça a história da narradora com a da escritora. Temos, então, uma reflexão sobre a identidade e a condição de desterrada do local onde nasceu. Com o êxodo, aqueles que partem não são mais desejados, pois trazem consigo a lembrança do colonialismo em seus corpos e imagens. A narradora-personagem relata que só voltou a Maputo, capital de Moçambique, quarenta e dois anos depois de sua partida, e como esse regresso a perturbou, sentiu uma saudade imensa do pai. Assim, conclui o relato dizendo que escreveu para contar sua verdade. Com amor e raiva, espantada e maravilhada, ela agora percebe que as fraturas e manchas do colonialismo, da descolonização e da política estão relacionadas à sua história.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo, entende-se que a literatura tem desempenhado um papel fundamental ao longo dos tempos, contribuindo para a reflexão sobre histórias que por muito tempo foram silenciadas. Nesse sentido, é relevante destacar a história do colonialismo português, especialmente em África. Na contemporaneidade, a literatura de cunho pós-colonial oferece um vasto material para compreendermos o que de fato foi esse sistema e discutirmos os impactos que ele causou na vida de diversos sujeitos.

Nesse contexto, esta pesquisa surge da análise da obra *Caderno de memórias coloniais*, de Isabela Figueiredo, escrita em 2009. A autora nasceu em Moçambique durante o período inicial de lutas pela libertação da colônia ultramarina. A narrativa é analisada sob a perspectiva da memória e da identidade da protagonista, considerando o contexto em que ela está inserida. Além disso, a obra aborda temas como as relações de gênero, poder e o racismo.

Ao pesquisar sobre o colonialismo português, foi possível constatar o quanto essa ação causou impacto na vida daqueles que o experienciaram. Não se trata apenas de um sistema que dominou diversos países do continente africano e de outros continentes por séculos, mas também de entender que a forma como se desdobrou deixou marcas profundas naqueles que o vivenciaram de maneira direta ou indireta. Em *Caderno de memórias coloniais* (2009), de Isabela Figueiredo, o modo de vida do sistema colonial é tema central, e seu testemunho é surpreendente, principalmente por se tratar de uma escritora branca, filha desse colonialismo.

Em *Caderno de memórias coloniais*, o passado é revisitado, e possui importância fundamental, pois a ressignificação das lembranças é um caminho para o autoconhecimento. Segundo Halbwachs (1990), a memória tem o poder de alcançar regiões do passado inegavelmente distantes. Portanto, a obra é um testemunho não apenas de ideias e costumes vigentes em Moçambique no período que antecede sua independência, mas também de um olhar retrospectivo para os sujeitos que se formaram a partir do sistema colonial. Reelaborar o passado faz parte de uma busca por identidade, a fim de enfrentar traumas e problemáticas sociais e individuais. Segundo Menezes e Gomes (2013), ainda se vivencia a problemática da descolonização portuguesa, caracterizada por um vasto espaço para “questionamentos múltiplos de caráter histórico e sociológico”.

A análise da construção identitária através da memória da narradora-personagem de *Caderno de memórias coloniais* nos possibilitou entender como o passado pode ser reelaborado a partir das vivências, sendo possível compreender que a construção identitária de um sujeito sofre alteração a partir do seu meio social. Observamos que a construção da identidade da narradora-personagem se dá mediante suas lembranças de infância no seio familiar. Para entender esse processo memorialístico e identitário, também foi importante compreender como se estabelece o processo de construção da memória e a rememoração na narrativa.

Durante esta pesquisa, percebemos as guerras travadas pela personagem: a colonial, a racial, após a independência da colônia; a guerra entre ela e seu pai; e, a mais importante, a guerra interna da narradora na formação de sua identidade: “o meu corpo foi uma guerra, era uma guerra, comprou todas as guerras” (Figueiredo, 2018, p. 160). A menina via a identidade representada também no corpo, e luta por definição, por um desenho, um formato. No entanto, não pode ser inteiramente esclarecida.

Nessa perspectiva, a obra transcende o cenário literário e ficcional, pois está interligada a fatos históricos e pessoais, sendo capaz de discutir aspectos não só memorialísticos, mas também identitários e sociais. Portanto, espera-se que, através desta pesquisa, o leitor possa compreender como a literatura se torna relevante para discutir questões silenciadas no que toca a condição de existência. A literatura e a história individual e coletiva se estreitam e conectam-se, sendo perpassadas no campo acadêmico com alcance no social.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Aniceto; DE MATOS GOMES, Carlos. **Guerra colonial**. Notícias Editorial, 2000.

ARNAUT, Ana Paula. Estereótipos (Post) coloniais: O retorno (Dulce Maria Cardoso) e Caderno de memórias coloniais (Isabela Figueiredo). **Revista de Estudos Literários**, v. 4, p. 99-122, 2014.

ARNAUT, Ana Paula. Post-Modernismo: o futuro do passado no romance português contemporâneo. **Via Atlântica**, v. 1, n. 17, p. 129-140, 2010.

BARONE, Leda Maria Codeço. Literatura e construção da identidade. **Revista Psicopedagogia**, v. 24, n. 74, p. 110-116, 2007.

BARRENTO, João. **A chama e as cinzas – um quarto de século de literatura portuguesa (1974-2000)**. Bertrand editora, 2016.

BELLINI, Lígia. Notas sobre cultura, política e sociedade no mundo português do século XVI. **Tempo, Rio de Janeiro**, v. 4, n. 7, p. 143-167, 1999.

BORGES COELHO, João Paulo. Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colônias portuguesas. **Lusotopie**, v. 10, n. 1, p. 175-193, 2003.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993.

CABAÇO, Jose Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CABRAL, Thaíla Moura. LOBO ANTUNES E ISABELA FIGUEIREDO: A MEMÓRIA LUSITANA REVISITADA PELA ÓTICA PÓS-MODERNA. Disponível em: **Anais do XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROFESSORES DE LITERATURA PORTUGUESA**. 2022.

CAIXETA, Juliana Eugênia; BARBATO, Silviane. Identidade feminina: um conceito complexo. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 14, p. 211-220, 2004.

CANDAU, Joel. Memória e identidade. São Paulo: Contexto, 2016.

CARVALHO, Luciana Moreira; CARVALHO, Monica Marques. O registro da memória através dos diários virtuais: o caso dos blogs. **Em Questão**, v. 11, n. 1, p. 52-66, 2005.

DA CUNHA RATO, Maria Helena. O colonialismo português, factor de subdesenvolvimento nacional. **Análise social**, v. 19, n. 77/79, p. 1121-1129, 1983.

DE ALMEIDA, Ana Margarida Nunes. Entre o dizer eo fazer: a construção da identidade feminina. **Análise Social**, v. 22, n. 92/93, p. 493-520, 1986.

DE JESUS ROCHA, Cleidison. Discutindo identidades: o eu e o outro e a crise da racionalidade contemporânea. **Antthesis**, v. 6, n. 11, p. 18-34, 2018.

DE MAGALHÃES, Teresa Ancona Lopez. O papel da mulher na sociedade. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 75, p. 123-134, 1980.

DIAS, Cristianne Silva Araújo. Olhares sobre o exílio: narrativas femininas no período colonial português/ Cristianne Silva Araújo Dias – Teresina: EDUFPI, 2015. 75p.

DOS SANTOS SILVA, Sandressa; FERREIRA, Yvonélio Nery. A LITERATURA COMO INSTRUMENTO DE COMPREENSÃO HUMANA: uma discussão dialógica sobre os conceitos de silêncio, memória e identidade. **Communitas**, v. 5, n. 10, p. 272-280, 2021.

DOS SANTOS, Silvana Maria Pantoja. Descolonização e memória: impactos sobre a menina-mulher em Caderno de memórias colonial, de Isabela Figueiredo *In* Literatura e resistência: corporeidade, gênero e decolonialidade / Algemira de Macêdo Mendes, Fabio Mario da Silva; Lara Christina Silva Barroca (orgs.) – Teresina: Avant Garde Edições, 2020.

_____. Entrevista “**ESPAÇOS CORPORAIS**”: um diálogo entre a História e a Literatura. **Revista Espacialidades** [online]. 2021.2, v. 17, n. 2, ISSN 1984-817X Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/26512/14702>.

FIGUERIREDO, Isabela. **Caderno de memórias coloniais**. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018.

GOMES, Nathália Cardoso. Autoficção e memória em A gorda de Isabela Figueiredo. 2022.

GUIMARÃES, José Marques. Herança e memória do Colonialismo. **População e Sociedade**, v. 25, p. 144-159, 2016.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo. Editora: vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** / Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 7. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Comunicação & Cultura**, n. 1, p. 21-35, 2006.

_____. **Isto é a Sério**: uma conversa com Isabela Figueiredo. Disponível em: <https://angnovus.wordpress.com/2009/12/03/%C2%ABisto-e-a-serio%C2%BB-uma-conversa-com-isabela-figueiredo-i/>

IZQUIERDO, Ivan. Memórias: Estudos Avançados. **São Paulo**, v. 3, n. 6, p. 89-112.

JORGE, Silvio Renato. As fotografias de um caderno: passeio pelas memórias coloniais de Isabela Figueiredo. **Revista Metamorfoses**, v. 13, n. 2, p. 54-64, 2015.

KRAMA, Gisele. Colonização e Guerra Colonial em Moçambique: influências nas obras de Mia Couto. **Línguas & Letras**, v. 17, n. 36, 2016.

LAKS, Daniel Marinho. A produção narrativa da identidade em “Caderno de Memórias Coloniais”, de Isabela Figueiredo. **Abril: Revista do Estudos de Literatura Portuguesa e Africana-NEPA UFF**, v. 11, n. 22, p. 63-75, 2019.

LE GOFF, Jacques, 1924 História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

LEITE, Ana Mafalda. Literaturas Africanas de Língua Portuguesa: Nascer com a nação *In* Histórias e literaturas em países africanos de língua oficial portuguesa / Henrique Borralho, Tatiana Raquel Reis Silva organizadores. – São Luís: EDUEMA, Pitomba, 2020.

LEITE, Ana Mafalda. 1956 – Literaturas africanas e formulações pós-coloniais. (**Extra-colecção**), 2.^a edição, Lisboa. Novembro de 2013.

LOPES, Natacha Iria Pereira; SOARES, Marly Catarina. REPRESENTAÇÕES DO CORPO COMO EXÍLIO NO ROMANCE A GORDA, DE ISABELA FIGUEIREDO.

MANGO, Calido. As lutas de libertação e os processos de descolonização nos países africanos de língua oficial portuguesa (1955-1975). 2016.

MATA, Inocência. Literatura-mundo em português: encruzilhadas em África. 1616: Anuário de Literatura Comparada, 3 (2013).

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada**. Editora Vozes, 2019.

MENESES, Maria Paula; SENA MARTINS, Bruno. **As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais**. Coimbra: CES/Almedina, 2013.

MENESES, Maria Paula. Desafios a Moçambique: nação e narrativas pós- coloniais. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 5, n. 9, 2013.

MENEZES, Maria Paula; GOMES, Catarina. Regressos? Os retornados na (des) colonização portuguesa. **As Guerras de Libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados**, p. 59-107, 2013.

MESSIAS, Daniel Ramos de Sousa. A memória de um discurso silencioso: perspectivas teóricas acerca das relações entre memória, identidade, discurso, esquecimento e silêncio. 2016.

MOISES, Massaud. **A LITERATURA PORTUGUESA**. São Paulo: Cultrix, 2008.

NOA, Francisco. **Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária**. Editora Kapulana, 2019.

OTTE, Georg. Rememoração e citação em Walter Benjamin. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, v. 4, p. 211-223, 1996.

_____. **Pensar o gordo como oprimido d' A Gorda**, de Isabela Figueiredo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/gfnpgvgscrmxcGMjPtYKZbJ/>

PEREIRA, Daniela Cristina Mendes. Literatura, lugar de memória, *Soletras*, n. 28, p. 344-355, 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

RIBEIRO, Margarida Calafate. Notas sobre «Caderno de Memórias Coloniais». **Buala**, 2013.

RIBEIRO, Margarida Calafate. O fim da história de regressos e o retorno a África: leituras da literatura contemporânea portuguesa. **Itinerâncias: percursos e representações da pós-colonialidade**. Porto: **Edições Húmus**, p. 89-100, 2012.

RIBEIRO, Margarida Calafate. O Sentimento de um(a) Ocidental Declinado no Feminino. **Portuguese Literary and Cultural Studies**, p. 331-352, 2022.

RIBEIRO, Margarida Calafate; RIBEIRO, António Sousa. Os netos que Salazar não teve: guerra colonial e memória de segunda geração. **Abril: Revista do Estudos de Literatura Portuguesa e Africana-NEPA UFF**, v. 5, n. 11, p. 25-36, 2013.

RIBEIRO, Margarida Calafate. Os veios da pós-memória e as novas literaturas. **Newsletter Memoirs**, v. 102, p. 23, 2020.

RIBEIRO, Margarida Calafate. Uma história de regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo. **Oficina do CES**, v. 188, p. 1-40, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. **Novos estudos CEBRAP**, n. 66, p. 23-52, 2003.

SANTOS, Flavia Raquel Gouveia dos. Memória e tempo segundo Agostinho de Hipona [manuscrito] : / Flavia Raquel Gouveia dos Santos. -2017. 19 p.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva / Beatriz Sarlo: tradução Rosa Freire d'Aguiar. – São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte, : UFMG, 2007.

SILVA, André Souza da. Os pesados restos coloniais no Caderno de memórias coloniais, de Isabela Figueiredo. Publicado em: *Revista Entrelaces* • V. 9 • Nº 21 • Ago.- Out. (2020) •

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: A perspectivas dos estudos culturais**. Vozes, 2014.

TRAJANO FILHO, Wilson. A constituição de um olhar fragilizado: notas sobre o colonialismo português em África. **A persistência da história: passado e contemporaneidade em África**. Lisboa: **Imprensa de Ciências Sociais**, p. 23-61, 2004.

TRIANA, Bruna. COLONIALISMO E IMAGEM: Memória e(m) contestação nas fotografias de Ricardo Rangel. **ILUMINURAS**, v. 19, n. 46, p. 211-232. 2018.

VALENTE, Simão. Figueiredo, Isabela. A Gorda. Lisboa: Caminho, 2017. 258p. **Revista do Centro de Estudos Portugueses**, v. 37, n. 58, p. 101-103.

VIEIRA, Luciana Guirland. **Entre colonos e colonizados: identidade cingida em Caderno de memórias coloniais**. 2017. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. Crítica feminista: lendo como mulher. **FronteiraZ**, n. 7, p. 64-74, 2011.

ZOLIN, Lúcia Osana. Questões de gênero e de representação na contemporaneidade. **Letras**, n. 41, p. 183-195, 2010.